

SUMÁRIO

1. LEI DE INTRODUÇÃO	1
1.1 Aspectos gerais de Direito Privado	1
1.1.1 Introdução.....	1
1.1.2 As fontes do direito. A lei. As formas de integração da norma jurídica e as <i>ferramentas do sistema jurídico</i>	2
1.1.2.1 Fontes formais, diretas ou imediatas.....	2
1.1.2.2 Fontes não formais, indiretas ou mediatas.....	4
1.1.3 A lei como fonte principal do direito brasileiro. O problema das lacunas da lei	5
1.1.3.1 Da vigência das leis no tempo.....	7
1.1.3.2 Da vigência das leis no espaço	14
1.1.3.3 Principais classificações da lei.....	17
1.1.3.4 A interpretação das leis.....	20
1.1.3.5 As fontes diretas secundárias: a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito. Estudo específico e aprofundado.....	21
1.1.3.6 As fontes não formais, indiretas ou mediatas: a doutrina, a jurisprudência e a equidade	29
1.1.4 As antinomias ou lacunas de conflito.....	33
1.2 Da proteção do ato jurídico perfeito, da coisa julgada e do direito adquirido (arts. 6.º da Lei de Introdução e 5.º, XXXVI, da CF/1988). Relativização da proteção	35
1.3 As normas específicas de direito internacional público e privado constantes na Lei de Introdução. Breves comentários.....	42
1.4 Breve análise das inclusões feitas na lei de introdução pela Lei 13.655/2018. Repercussões para o direito público	51
1.5 Resumo esquemático	56

1.6	Questões correlatas	58
	Gabarito	70
2.	ENTENDENDO O CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	71
2.1	Introdução	71
2.2	Codificar é preciso? O <i>big bang</i> legislativo e o sistema solar	72
2.3	Visão geral do Código Civil de 2002. Diretrizes básicas da sua elaboração.....	75
2.4	Os princípios do Código Civil de 2002 segundo Miguel Reale.....	79
2.4.1	O princípio da eticidade.....	80
2.4.2	O princípio da socialidade.....	82
2.4.3	O princípio da operabilidade.....	84
2.5	Fundamentos teóricos e filosóficos da atual codificação privada. O Direito Civil Contemporâneo ou novo Direito Civil. Influências da <i>ontognoseologia jurídica</i> de Miguel Reale no Código Civil de 2002	87
2.6	Direito Civil e Constituição. Amplitude da expressão Direito Civil Constitucional. A eficácia horizontal dos Direitos fundamentais	91
2.7	O diálogo das fontes.....	100
2.8	Resumo esquemático	104
2.9	Questões correlatas	106
	Gabarito	109
3.	ANÁLISE DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PARTE GERAL. DA PESSOA NATURAL.....	111
3.1	Da pessoa natural, humana ou física. Conceitos iniciais. Personalidade e capacidade. A situação jurídica do nascituro	111
3.1.1	Os absolutamente incapazes	121
3.1.2	Os relativamente incapazes.....	127
3.1.3	Teoria geral da representação	131
3.1.4	Da emancipação	133
3.2	Os direitos da personalidade na concepção civil-constitucional.....	136
3.2.1	Introdução. Conceito de direitos da personalidade. Análise da técnica da ponderação e do seu tratamento no CPC de 2015	136
3.2.2	Classificação e características dos direitos da personalidade.....	149
3.2.2.1	Direitos inatos, ilimitados e absolutos	151
3.2.2.2	Direitos intransmissíveis e indisponíveis.....	157
3.2.2.3	Direitos irrenunciáveis	159
3.2.2.4	Direitos imprescritíveis.....	160
3.2.2.5	Direitos impenhoráveis e inexpropriáveis.....	162
3.2.3	Os direitos da personalidade e as grandes gerações ou dimensões de direitos	163

3.2.4	Previsões legais de proteção aos direitos da personalidade no Código Civil de 2002	164
3.3	Domicílio da pessoa natural	205
3.4	Morte da pessoa natural	209
3.4.1	Morte real	209
3.4.2	Morte presumida sem declaração de ausência. <i>A justificação</i>	211
3.4.3	Morte presumida com declaração de ausência	212
3.4.3.1	Da curadoria dos bens do ausente (arts. 22 a 25 do CC)	212
3.4.3.2	Da sucessão provisória (arts. 26 a 36 do CC).....	213
3.4.3.3	Da sucessão definitiva (arts. 37 a 39 do CC).....	216
3.4.4	Da comoriência	218
3.5	O estado civil da pessoa natural. Visão crítica	219
3.6	Resumo esquemático	226
3.7	Questões correlatas	230
	Gabarito	243
4.	DA PESSOA JURÍDICA	245
4.1	Introdução. Conceito de pessoa jurídica. Regras gerais.....	245
4.2	Principais classificações gerais da pessoa jurídica	250
4.2.1	Quanto à nacionalidade	250
4.2.2	Quanto à estrutura interna	250
4.2.3	Quanto às funções e capacidade	250
4.3	Da pessoa jurídica de direito privado. Figuras previstas no art. 44 do CC	251
4.3.1	Das fundações particulares.....	251
4.3.2	Das associações.....	255
4.3.3	Das sociedades.....	262
4.3.4	Das organizações religiosas e dos partidos políticos. Corporações <i>sui generis</i>	264
4.3.5	Das Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e sua extinção pela Lei 14.382/2022 (Lei do SERP)	267
4.4	Regras de Direito Intertemporal quanto às pessoas jurídicas	270
4.5	Domicílio das pessoas jurídicas	271
4.6	Extinção da pessoa jurídica e destinação dos bens.....	272
4.7	Da desconsideração da personalidade jurídica	273
4.8	Entes ou grupos despersonalizados	294
4.9	Resumo esquemático	296
4.10	Questões correlatas	298
	Gabarito	309
5.	DO OBJETO DO DIREITO. OS BENS.....	311
5.1	Conceito de bens	311

5.2	Principais classificações dos bens	315
5.2.1	Classificação quanto à tangibilidade.....	315
5.2.2	Classificação dos bens quanto à mobilidade	315
5.2.3	Classificação quanto à fungibilidade	318
5.2.4	Classificação quanto à consuntibilidade	319
5.2.5	Classificação quanto à divisibilidade.....	320
5.2.6	Classificação quanto à individualidade.....	320
5.2.7	Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados)	322
5.2.8	Classificação em relação ao titular do domínio	327
5.3	Do bem de família.....	330
5.3.1	Introdução. Concepção civil-constitucional do bem de família. A nova dimensão da ideia de patrimônio	330
5.3.2	O bem de família convencional ou voluntário.....	334
5.3.3	O bem de família legal.....	336
5.4	Resumo esquemático	357
5.5	Questões correlatas	361
	Gabarito	370
6.	TEORIA GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO	371
6.1	Fatos, atos e negócios jurídicos. Conceitos iniciais.....	371
6.2	Do ato jurídico em sentido estrito ou ato jurídico <i>stricto sensu</i>	377
6.3	Do negócio jurídico	378
6.3.1	Principais classificações dos negócios jurídicos.....	380
6.3.2	Os elementos constitutivos do negócio jurídico	383
6.3.2.1	Introdução. Os três planos do negócio jurídico. A Escada Pontea- teana	383
6.3.2.2	Elementos essenciais do negócio jurídico	385
6.3.2.3	Elementos naturais ou identificadores do negócio jurídico.....	398
6.3.2.4	Elementos acidentais do negócio jurídico.....	399
6.4	estudo do negócio jurídico processual e o seu tratamento no CPC/2015	406
6.5	Resumo esquemático	415
6.6	Questões correlatas	417
	Gabarito	424
7.	DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO E TEORIA DAS NULI- DADES	425
7.1	Introdução. Classificação dos vícios do negócio jurídico.....	425
7.2	Do erro e da ignorância.....	426
7.3	Do dolo	430

7.4	Da coação	434
7.5	Do estado de perigo	437
7.6	Da lesão	440
7.7	Da fraude contra credores.....	445
7.8	O novo tratamento da simulação.....	458
7.9	Da invalidade do negócio jurídico. A teoria das nulidades do negócio jurídico.....	464
7.9.1	Introdução.....	464
7.9.2	Da inexistência do negócio jurídico	465
7.9.3	Da nulidade absoluta	467
7.9.4	Da nulidade relativa ou anulabilidade.....	474
7.10	Resumo esquemático	482
7.11	Questões correlatas	483
	Gabarito	496
8.	DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. O TRATAMENTO DIFERENCIADO	497
8.1	Introdução.....	497
8.2	Da prescrição	499
8.2.1	Conceito de prescrição	499
8.2.2	Disposições gerais sobre a prescrição.....	500
8.2.3	Das causas impeditivas e suspensivas da prescrição	521
8.2.4	Das causas de interrupção da prescrição	526
8.2.5	Dos prazos de prescrição previstos na Parte Geral do Código Civil. As ações imprescritíveis	532
8.2.6	Prescrição e direito intertemporal	539
8.3	Da decadência. Conceitos e disposições gerais	543
8.3.1	Prazos de decadência.....	546
8.4	Resumo esquemático	548
8.5	Questões correlatas	551
	Gabarito	562
9.	A PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. VISÃO ATUALIZADA DIANTE DO CPC/2015	563
9.1	Introdução. A necessidade de o Código Civil trazer um capítulo específico quanto à prova.....	563
9.2	Os meios de prova previstos pelo Código Civil de 2002. Análise das regras constantes da atual codificação privada	565
9.3	Presunções, perícias e investigação de paternidade. Tratamento legal e análise prática	589

9.4	Confrontação entre o art. 221 do Código Civil e o art. 784, II, do CPC/2015, correspondente ao art. 585, II, do CPC/1973. Aplicação do estudo das antinomias ou lacunas de conflito	596
9.5	Do tratamento da ata notarial e da carga dinâmica da prova no Código de Processo Civil de 2015	599
9.6	Resumo esquemático	602
9.7	Questões correlatas	603
	Gabarito	609
BIBLIOGRAFIA		611